

AVENÇA

GAZETA D'ESPINHO

ADMINISTRAÇÃO Avenida Serpa Pinto n.º 330
 REDACÇÃO Rua do Norte, n.º 12
 ESPINHO
 Director: J. Pinto Coelho

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

Propriedade da Empresa GAZETA D'ESPINHO

Composição e Impr. TYPOGRAPHIA PENINSULAR
 24—RUA DE S. CHRISPIM—26
 (Com entrada pela Rua dos Mercadores, 171)—PORTO
 Telephone n.º 737

A crise do Credito Predial

O que se sabe e o que se presume a respeito de irregularidades e falcatruas do Credito Predial—é extraordinariamente pavoroso! Tal a impressão que resulta, cruelíssima e pungente, das revelações incompletas trazidas á assembleia geral d'aquella companhia. Nem uma voz sinceramente sentimental se ergueu ali para colorir sequer as responsabilidades do governador!

Imprecações, gritos de indignação, severas reprimendas!...

Estamos roubados!... ladrões, ladrões! — diz o côro confuso dos accionistas. *Descalabro, dissolução, anarchia*—é o ecco repercutido que chega a toda a parte pelas notas singelas dos órgãos da imprensa.

De facto, este cahos do Credito Predial é, sob todos os aspectos, uma coisa singular, definindo os homens e os costumes.

Pelas circunstancias especiaes d'esta occorrença e pela indole e ligações dos acontecimentos e dos individuos, a questão do Credito Predial não é, como assim tem sido demonstrado, um simples episodio da vida economica portugueza: affecta essencialmente a engrenagem do estado, envolve em largos tentáculos o regimen, toma a importancia essencial de crise politica, de crise de moralidade nacional.

Encarda sob a feição estritamente legalista, a situação miseranda do Credito Predial não se compadece d'outro remedio efficaz que não seja a liquidação. Os dados obtidos por um exame pericial ainda por concluir conduzem irremissivelmente a esta situação de solvencia. D'este modo os accionistas devem a esta hora ter desvanecida a esperança no milagre do resurgimento. E vamos que —*dura lex!*— talvez seja essa, apesar de tudo, a menos onerosa das decisões. Mais valerá perder d'ali o sentido, do que esperar debalde, após maiores sacrificios, uma tardia e quasi impossivel reabilitação. Corte-se o mal pela raiz... Acabou-se!

Quanto aos abrigacionistas o caso, digamos, muda de figura. As obrigações, mercê das garantias de emissão e dos privilegios á Companhia concedidos pelo governo, podem equiparar-se aos fundos publicos e const tuem, como se sabe, fundo de muitos estabelecimentos de beneficencia e caridade. Tem o governo estricto d ver de tomar á sua conta, embora com restricção de valor, os encargos das obrigações.

A parte esta indicada e taxativa interferencia do poder central nos negocios do Credito Predial, ao *Executivo* e mesmo ao *Judicial*, estancias correlativas e auxiliares no cumprimento e applicação da lei, incumbe a espinhosa missão de promover com rigorosa impar-

cialidade, sem delongas nem hesitações, sem temeridade ou complacencia, a implacavel punição de tão grandes crimes, a bem da honra do paiz e do nome da nação. Assim o exige a mais simples noção de pudôr no sentido de moralidade collectiva.

Ora!—compreende-se admiravelmente—o governo mantem-se em expectativa benevola. Aguarda ainda os acontecimentos, disposto—e *ninguem duvidará da sua boa-vontade*—a intervir, cautelosa, opportuna e *energicamente*, para salvar a dignidade nacional. Torpe cynismo!

Este assumpto de tam transcendente magnitude é, por motivos obvios, que seria ociosidade memorar, de mui especial susceptibilidade moral para o governo da chefia nominal do sr. Beirão, governo retintamente carimbado de progressista, de que é chefe invizível, alma e inspiração o sr. José Luciano de Castro.

Em qualquer paiz de mediocre educação civica e de senso moral rudimentarmente innato, bastaria uma simples presumpção não já de complicitade ou de transigencia, mas sómente de benevola complacencia dum governo para com um homem sobre quem pezassem as responsabilidades do sr. José Luciano, bastaria a mera *presumpção*, para que esse governo se não conservasse mais um momento, sequer, no seu posto!

A nossa dignidade impõe, sem condições, que o governo se demitta. Fóra o governo!

Nós os republicanos nenhum, absolutamente nenhum, interesse partidario tomamos pela queda do sr. Beirão.

Bem nos importa que o governo Pedro ou Sancho, se é convicção arreigada a nossa de que tanto valem uns como outros, de que todos os homens da monarchia são incapazes de resolver a crise complexa em que o paiz sossobra!

A bem do advento da republica, a que aspiramos como unico reducto de salvação, melhor seria decerto que os governos do regimen se atacassem, cada vez mais a fundo, no sordido lamaçal.

Todavia o são patriotismo. o decoro nacional não podem tolerar, sem um protesto supremo de indignação, a repellente e abjecta subserviencia ou a inconsciente e depravada veulidade de se arrastar no lôdo vil do Credito Predial aquillo que vale ainda como representação do nome de Portugal.

Salve-se ao menos um vislumbre de dignidade.

Por vergonha nossa suma-se depressa o governo!

Que desapareça pelas trevas sombrias da symbolica azambuja, ou que morra, carpindo-se, junto dos presidiarios do Credito—pouco importa!

Já basta de farça.

que careciam de ser attendidas, nos serviços do correio d'esta villa; indicamos-lhe os males de que esses serviços enfermavam e que urgiam de rapido remedio; depois, á luz crúa da verdade, apontamos e provamos faltas, erros, irregularidades. S. Ex.ª permaneceu *quieto e mudo* e este desdem ninguém dirá que não seja irritante, inexplicavel e sómente devido a um proposito de quem entende que não tem que prestar contas dos seus actos.

Como recompensa da nossa campanha recebemos o favor de uma querella que nem ao menos teve o merecimento de nos deixar dizer da nossa justiça e provar a veracidade das nossas affirmativas, porque a lei tem variadas interpretações á escolha de quem pode escolher.

Esta campanha teria terminado ha muito sem covardia e até honrosamente, se s. ex.ª o Conselheiro Director tivesse o bom aviso d'um acto de justiça, satisfazendo ao mais indispensavel e urgente de quanto aqui temos solicitado.

S. Ex.ª não quer; é juiz da sua vontade que nós não podendo, infelizmente torcer, e menos coagir: podemos porem sensurar, condemnar de certo modo, e expôr ao conceito da opinião publica, unicas penalidades applicaveis n'este tribunal donde julgamos e onde tambem somos juizes.

Confessamos que já ha muito, de cada vez que sobre o assumpto temos de escrever, sentimos os arrepios que deve sentir quem se vê tocado por um reptil viscoso, repellente e frio; de cada vez que temos de escrever a palavra *conselheiro* sentimos calafrios, náuseas, quasi estonteamento.

A paciencia que não se compra ao metro nem se vende ao kilo, obtem-se á custa de muita decepção e vae-se pela vida fora reservando para casos d'estes. Continuaremos portanto a nossa ingloria tarefa.

A imperturbabilidade e indifferença do Director Alfredo Pereira não hade ser superior á nossa pertinacia.

A familia conselheir.fera (sem allusões nem offensa,) tem prosperado n'este paiz, graças á riqueza dos adubos do solo monarchico. No entanto e apesar da muita vegetação, ainda não chegou a Espinho uma vergonte que, creand raizes e frondosidade, podesse fornecer o oleo preciso para lubrificar as engrenagens das maquinas do favôr e da empenhoca.

Similia, similibus curantur: Um conselheiro trata-se, amolece-se, torna-se rasoavel por intermedio d'outro conselheiro e para provar isto segue a historia promettida no nosso anterior artigo:

—N'uma villota da Beira, pobreissima, sem commercio nem industria apreciaveis, terra perdida entre serras e penedias, habitada na sua maioria por gente do campo, rude e analphabeta, em que a correspondencia de 8 dias é menor em numero e importancia do que a de um só dia de *inverno* em Espinho, cabeça d'um conselho extremo do districto e quasi sem vias de comunicação—é se nhor feudal um conselheiro, ex-ministro d'estado e chefe d'uma patrulha politica, mais talhado

SÓNETO

*Pela estrada caminha a passo leve
 Um misero mendigo, um nobre ancião;
 Tem desgrenhada a barba côr de neve,
 E d'olhos negros vae, fitos no chão,*

*Cobrem-lhe as carnes só velhos farrapos
 Que miserial Coitado, pede esmola!
 Mas insultam-no só, rasgam-lhe os trapos
 Quasi podres, immundos, da sacola.*

*Do seu passado tem famosa historia,
 Mas quem é que respeita essa memoria
 Ainda que brilhante, colossal?*

—Ninguém!—Mas que vergonha, que miserial...
*Repara, attende, admira, ó vil materia,
 «Esse velho é o nosso Portugal!»*

Coimbra, 908.

M. Miguens.

para sacristão escorropicha-galhetas do que para ocupar uma poltrona ministerial. Os acasos da fortuna tinham porem dado a este cretino um lugar de destaque com a importancia e influencia que no nosso paiz acompanham o conselheiro, como a casca acompanha sempre o caracol. Este influente, este deus do paganismo politico, quiz um dia recompensar favôres eleitoraes e não appareceram então difficuldades orçamentologicas de falta de verba nem foi preciso que as necessidades do serviço justificassem a creação d'um segundo carteiro n'essa feliz terra. Um dia sahio a verba do tinteiro do ministro por certo com prévia proposta sahida do tinteiro do Director Geral e o despacho appareceu no Diario do Governo!.....

Entendeu (e com *multissima razão*) o despachado que os seus serviços não eram precisos e que podia bem, do despacho, aproveitar sómente o vencimento.

O chefe da estação *um pateta* é que não o compreendeu assim e, no cumprimento dos regulamentos, dividiu a area da distribuição e marcou giro ao novo empregado.

Quinze ou vinte dias depois, sob qualquer pretexto, era feita uma syndicancia aos serviços da estação e oito dias mais tarde, era o chefe transferido «por conveniencia de serviço».....

—E mais não disse o nosso amavel informador. Nós, com toda a franqueza o dizemos, concluímos da historia que vale mais um conselheiro assim, do que todos os artigos que durante cem annos se possam publicar na imprensa de todo o mundo.

Um Conselheiro é decididamente a moderna alavanca de Archimedes!

(Continua)

A PAVOROSA

Continua, na sua intensidade crescente, a sanha de perseguições por intermedio do juizo de Instrução Criminal. Velho thema —o regicídio!

As querellas sobre a imprensa vão cahindo desapiedadas como granizo taludo de trovoadas de maio.

Lá está em cima quem manda

—Jupiter tonantel, a trovejar pelo nariz. . . S. Jeronymo nos valha! A Liberdade e a ordem, assim de mãos dadas, governam o paiz. Em liberdade os delapidadores do Credito Predial, os principaes responsaveis. Dentro da ordem, a ferros, os supostos criminosos politicos.

E' uma concepção genial a arte de governar do sr. Beirão... o maior nariz liberal d'este paiz!

Atx!... Salvê!

A NOSSA CARTEIRA

Regressou de Lisboa a esta praia, com sua ex.ª esposa, o nosso presado amigo e distincto correligionario Sr. Alvaro Lambertini de Magalhães.

—Seguiu para Caldellas o sr. Anthero de Figueiredo, distincto litterato.

—Encontra-se em Espinho, com sua ex.ª familia, de regresso do Gerez o sr. general João de Barros Coelho de Campos.

—Tem passado indisposta de saude a esposa do sr. João Rodrigues da Cruz, bemquisto proprietario e capitalista.

—De visita esteve entre nós o sr. Valerio de Figueiredo, illustre delegado do Thesouro no districto d'Aveiro.

—Regressou da Regoa a esta praia o nosso particular amigo sr. Joaquim Baptista.

NO PARLAMENTO

Um discurso do deputado republicano dr. Brito Camacho.

Não pode dizer-se que têm sido sem interesse as poucas sessões parlamentares realizadas no decurso d'esta semana. As opposições comportam-se com uma violencia de ataque, aliás justificadissima.

O governo e a maioria vão espaçando o martyrio. As sessões vem sendo interrompidas e encerradas entre protestos tumultuosos. E assim segue o governo, cynicamente, hypocritamente, arrastando uma existencia precaria. Até quando?...

O illustre deputado republicano, Dr. Brito Camacho, produziu

Os serviços telegrapho-

postaes em Espinho

Suas deficiencias

XXIV

Deve haver talvez entre os que nos leem quem ache fastidioso e irritante este assumpto tractado

com a teimosia com que nós o temos feito.

Se assim é, se razão teem para assim julgar, não é nossa a responsabilidade, pois que pertence inteira e completa ao Director dos serviços postaes Sr. Conselheiro Alfredo Pereira. Expliquemos:

Começamos esta serie de artigos mostrando, muito attentiosamente, a S. Ex.ª as necessidades,

na sessão de quarta-feira um notavel discurso.

Reproduzimos a sumula do vigoroso ataque, atingindo-nos ás notas parlamentares d'A Lucta.

Fala o deputado republicano Brito Camacho

Diz que antes de entrar propriamente no assumpto para que pedira a palavra, quer significar ao snr. presidente a necessidade de que não seja relegado para muito tarde o aviso prévio em que teve de converter o negocio urgente que pretendeu tratar, não o consentindo a Camara.

Nunca propoz um negocio urgente para escalar a palavra; não tem o prurido de falar, e só o faz quando se lhe torna necessario fazel-o.

Entrando no assumpto para que se inscrevera, diz que o snr. presidente do conselho, dizendo á Camara que o governo não comparecera á sessão de 22 d'abril por se achar em crise, deu uma desculpa de mau pagador.

Só o governo não ouviu as palavras do illustre deputado republicano?

Nem vale a pena responder, tanto a resposta se impõe. O governo soube perfeitamente que havia, na posse do snr. Affonso Costa, documentos altamente comprometedores, na questão Hinton, de politicos e palacianos, e combinou com a sua maioria fazer-se a sessão do dia 22, para que esses documentos fossem lidos.

O sr. Antonio Cabral, leader progressista, disse que, d'accordo com o governo, a maioria desejava que o snr. Affonso Costa tornasse conhecidos esses documentos, e o snr. presidente estava tão pouco certo de que o governo não viria á Camara que lhe telephou, perguntando se compareceria algum dos ministros.

Se, na verdade, o governo estivesse em crise, estava dispensado de comparecer na Camara, pela unica mas poderosa razão de que em taes circumstancias os trabalhos parlamentares suspendem-se até que a crise se resolva.

Mas suponha-se que realmente

o ministerio se achava em crise... Ou combinava com a sua maioria e a presidencia que não houvesse sessão até que a crise fosse resolvida, ou expunha ao chefe do Estado a excepcional gravidade de momento, e comparecia na Camara a ouvir a prometida revelação.

Competia ao governo, que pelo rei tem de responder, estar ali no seu posto, que mais não fosse para assumir as responsabilidades de qualquer accusação que lhe fosse assacada.

Um facto posterior, de que teve conhecimento pelos jornaes, veio mostrar eloquentemente o nenhum escrúpulo com que o governo deixa crear a Monarchia situações graves e embaraçosas.

Singulares monarchicos são esses homens da Liga, que não hesitam em ir perante o rei dizer-lhe como elle ha de exercer as mais altas prerogativas que lhe confere a Carta.

O sr. ministro do reino tomou conhecimento da mensagem da Liga antes d'ella ser entregue ao rei?

Mal se compreende, no caso afirmativo, que permitisse aos ligeros que fossem entregal-a. Além de tudo mais, ella representava uma afronta ao Parlamento, era irrespeitosa para com o poder moderador, e afirmava a desconfiança, por parte da Liga, de que o presidente da Camara não saberia cumprir rigorosamente o seu dever, quando se tratasse de aplicar as disposições disciplinares do Regimento.

O procedimento do governo não tem justificação possível, e pois que deixou que o rei se exhibisse como filiado n'um partido politico reivindica o direito de o discutir tão amplamente como discute, nos seus actos publicos, qualquer outro politico ou funcionario.

A opposição apoia calorosamente o orador, entremeando os seus aplausos de protestos ruidosos contra o procedimento do sr. ministro do reino. O sr. presidente interrompe a sessão, que reabre ao cabo de meia hora.

Continuando o seu discurso, o orador diz que sabe muito bem que não pôde discutir ali, como deputado, a posse do rei; mas é preciso considerar que foi o governo que atirou o chefe do Estado para o campo das discussões. Cabe-lhe o dever legal de não discutir o rei, mas ao governo cabe o dever legal e moral de não o tornar discutivel, o que não soube fazer agora, no proposito de ser agradável á Liga, que foi ao Paço espumando odios e raivas. Os

tempos são de larga e franca democracia; a irresponsabilidade dos reis é uma ficção d'outros tempos, a que não devem ater-se demasiadamente os imperantes d'agora.

E' preceito legal que nenhuma representação ou petição chegue ás mãos do rei sem passar pelo ministerio do reino. Assim é, e assim devia ser.

As representações ou petições que são entregues ao chefe do Estado devem ser legitimas quanto ao seu objecto e devem ser delicadas e cortezes na forma. Por isso d'ellas toma ou deve tomar previo conhecimento o ministro do reino. Rei ou presidente da republica, um chefe de Estado deve cercar-se de todas as garantias de respeito, e ainda a mais eficaz é ser um funcionario e uma pessoa respeitavel.

Pensou o sr. ministro do reino na situação que creava ao rei, deixando que elle recebesse as estupidas e odiosas reclamações da Liga da defeza monarchica?

Elle não podia escusar-se a receber o papel que lhe entregavam, sem que isso significasse uma indicação ao sr. ministro do reino para que se demittisse e não podia rebelar-se, sem que isso significasse a sua filiação n'um agrupamento partidario, perdendo desde esse momento os privilegios que destructa como ficção constitucional, involavel e sagrado.

O sr. ministro do reino, permitindo que a Liga fosse ao Paço levar as suas reclamações, fel-o no esquecimento dos seus deveres para com o rei e para com o Parlamento.

A Liga pretendia que o rei pezasse sobre a Camara, obrigando-a a aplicar as mais severas, as mais cruas disposições penaes de regimento, como se o rei tivesse competencia legal para se impor ao Parlamento, constringendo-o a interpretar a seu modo a lei por que se rege a camara dos srs. deputados. Poderia dizer que a Liga ofendera o decôr do Parlamento, se para tanto chegasse a auctoridade d'esses anonymos, sem grandeza nos seus odios, sem intelligencia e sem altivez nas suas dedicações.

A leviandade do sr. ministro do reino correspondeu a inconveniencia do Monarcha, louvando o patriotismo da Liga, e promovendo recommendar ao seu governo a reclamação que ella lhe fazia.

O sr. presidente adverte o orador de que não pode discutir a pessoa do rei.

O orador, continuando, diz que não discute a pessoa do rei, mas os seus actos, e que esses os não discute como da pessoa do rei, mas como do chefe do poder executivo. A verdade, que cumpre constatar, é que o sr. presidente tomou em consideração as reclamações dos seus consocios da Liga, como se vê das providencias que adoptou, dificultando o acesso ás galerias e o reforço que mandou fazer da guarda, como se fosse possível exercer contra os deputados, em quaesquer circumstancias, actos de violencia physica.

O sr. presidente explica por que adoptou as providencias a que se refere o orador, e diz que ali não é consocio de ninguém, mas unicamente o presidente da Camara.

O sr. Brito Camacho diz que aceita a explicação, mas faz notar que a s. ex. só occorreu a necessidade d'essas providencias de-

pois da Liga ter reclamado a rigorosa applicação do Regimento contra os deputados que se mostrassem irreverenciosos contra o governo.

O sr. presidente do conselho nada disse que explicasse satisfatoriamente o adiamento da Camara, o segundo que pediu ao rei. Esse adiamento para nada serviu, e não teve sombras de justificação. Posta de banda, pela votação do inquerito, a malfadada questão Hinton, os trabalhos parlamentares poderiam ter continuado regularmente, pois que nenhu-

ma outra questão irritante estava posta na camara. Mas o governo achou comodo adiar, mais uma vez as côrtes e pela segunda vez as adiu. Tem auctoridade para protestar contra este ultimo adiamento, porque tem protestado contra todos. Elles significam o minimo respeito que aos governos merece o Parlamento, que por não ter sabido respeitar-se a si proprio, não tem conseguido impor-se ao respeito alheio.

A IMMORALIDADE DO REGIMEN

O exemplo da França — «Cá não ha genros!»

Ha annos sendo deputado Rodrigues de Freitas, de saudosa memoria, levantou-se na Camara dos deputados tremenda vosearia, uma algazarra infernal. E' que o illustre deputado do povo e honrado publicista lograra acender as rubras indignações dos monarchicos repastados na cevadeira do orçamento, ao apresentar e defender com nobre isenção um projecto de lei reduaindo a lista civil. Os serventuarios do regimen já então se irritavam, quando alguem tinha a coragem de proclamar a necessidade de pôr termo á orgia e ao desregramento, que nos conduziram á vergonhosa situação d'agora—paiz enfeudado, comido de parasitas, sem pudor nem senso moral.

Rodrigues de Freitas, em defeza legitima do seu projecto, ariscou palavras e conceitos de certa aspereza, censurando os erros de administração e advogando com vidente criterio, a urgencia de vida nova, o sacrificio de rigorosa economia e sobretudo o exemplo de moralidade a principiar no mais alto funcionario do paiz.

Como bem adequado, referiu o caso da França, reconstituindo-se e levantando-se após um grande desastre e pôz em relevo a moralidade governativa d'aquella nação, citando o episodio Wilson, genro de Grévy, presidente da grande republica.

Ahi foi Troya. Desencadeou-se uma tremenda tempestade de gritos e improperios... Rodrigues de Freitas viu-se forçado a abandonar a camara.

Entre os magriços defensores da matrona de largos uberes, salientára-se, irado e apopletico, o actual presidente de conselho, que, dizem os chronicistas da epoca, bradava furiosamente. «Cá não ha genros. Cá não ha genros!»

Manda a justiça que se consigne—que essa gente de bem que assim acanhava um homem de caracter, sentia-se immediatamente presa á sua humilhação. E para corrigir o desmando, toda a camara, sem discrepância, ia, no dia immediato, penitenciar-se, deixando o seu cartão ao grande cidadão portuguez.

Marinha de Campos, o notavel jornalista, publica no «O Mundo» um artigo editorial, sob a epigraphe o exemplo da França, em que, relembrando o escandalo das condecorações, põe em relevo qual devêra ser a procedimento do Sr. Beirão.

Diga-se de passagem que, em materia de escandalo e desvergonha, a culpa de Wilson fica a perder de vista, se a compararmos com a despejadissima monstruosidade do Credito Predial.

Marinha de Campos, após umas preliminares e sensatas considerações ad hoc, entra assim no assumpto.

«Era Presidente da Republica Franceza Jules Grévy, quando se descobriu que um individuo relacionado com as mais eminentes personagens politicas d'aquella grande nação, mercadejava com condecorações, obtendo-as por dinheiro para diversos pretendentes: esse individuo era o genro do Presidente Grévy!

De nada lhe valeu o parentesco. Wilson, assim se chamava o traficante, e os seus cúmplices foram entregues ás justicias, que procederam sem delongas, nem contemplações. Em Portugal todos elles ficariam impunes e alguns delles ainda subiriam de categoria.

Em França, porém, o escrúpulo foi mais longe. Jules Grévy, que contava 80 annos de vida sem macula, que occupava, havia 8 annos, o logar de chefe de Estado, não por ser filho de outro chefe de Estado, mas por ter sido eleito e reeleito pelos corpos legislativos do seu glorioso paiz, com aplauso da grande massa dos seus concidadãos, que o respeitavam e estimavam pelas suas exceptionaes qualidades de intelligencia e de caracter, entendeu que não devia continuar a dirigir os destinos da sua querida França, desde que o marido de sua filha, de uma senhora que usava o seu nome, tinha praticado um acto deshonoroso. Jules Grévy não podia considerar-se manchado, nem como chefe de familia, quanto mais como chefe de Estado. A deshonor do seu genro não abalava a sua honra, que era sua, que era pessoal, que era intransmissivel, que resultava unica e exclusivamente dos seus dotes moraes e das suas accções.

Demais em França nem a mulher do chefe do Estado tem qualquer intervenção directa ou indirecta nos negocios publicos, nem recebe honorarios, nem possui representação official. Para a França não existia a familia Grévy, mas sómente o Presidente Grévy. Seu genro Wilson era unicamente o marido de sua filha, e sua filha não era senão uma mulher entre os quinze milhões de mulheres francezas de todas as idades, temperamentos e condições.

Mas Jules Grévy era um homem sério e um cidadão honesto e antepôz a positividade dos factos á metafisica de quaesquer abstracções oportunistas; e deante da certeza de

TABACARIA DO CHIADO ANTONIO DE OLIVEIRA REIS

Grande saldo de charutos estrangeiros, com abatimento de 20%!

Vinhos finos-Affonso Costa e Antonio José d'Almeida, cognac, genebra Fokeeng, champagne, licores e cervejas.

que se Wilson não fosse seu parente, não teria podido negociar com condecorações, porque lhe faltariam as relações políticas que á sua sombra estabeleceu, demitiu-se sem hesitação, pondo acima de quaesquer conveniências materiais ou de quaesquer vaidades o prestigio indispensavel á suprema magistratura da nação. Quatro annos depois, em 1891, Jules Grévy falecia e os restos mortaes do venerando octogenario foram conduzidos carinhosamente á ante-câmara da Eternidade, entre as saudades e as benções de um povo, cujo espirito de justiça só é igualado pelo seu espirito de sacrificio.

Aqui está o exemplo da França. Vamos, homens poderosos do reinado de D. Manoel II, cite-o uns aos outros, apontae-o aos adversarios e indicae-o ao rei. Elle vem agora muito a proposito do descalabro da Companhia do Credito Predial Portuguez.

Aqui ha uns mezes, tendo dado a sua demissão o ministerio de estadistas amadores a que presidiu o sr. Wenceslau de Lima, foram ouvidos sobre a crise pelo monarca, por simples formalidade ou mera deferencia, os presidentes das duas assembleias legislativas e os chefes dos diferentes agrupamentos partidarios, optando o rei, como sempre, pela indicação feita pelo chefe da facção progressista, sr. José Luciano de Castro.

E' em virtude dessa indicação que está na presidência do conselho o sr. Francisco Beirão; é em virtude della que os restantes ministros occupam as cadeiras do poder; é em virtude d'ella que a maioria parlamentar apoia o governo; é em virtude della que certa imprensa defende a actual situação politica; é em virtude della que todo o organismo do Estado funciona de determinada maneira e se move num dado sentido.

O sr. José Luciano de Castro, como chefe supremo do agrupamento partidario a que pertencem todos os actuaes ministros, não pode deixar de ser o verdadeiro chefe do governo, embora sem pasta. O sr. José Luciano de Castro, cuja influencia pessoal supre os elementos constitucionaes que o governo, de facto, não possui para viver não pôde deixar de ter sobre este uma influencia decisiva.

E' nestas especiais circunstancias que na Companhia do Credito Predial Portuguez, de que é governador o sr. José Luciano de Castro, acabam de dar-se acontecimentos de excepcional gravidade, que envolvem sérias responsabilidades morais e criminaes, que atingem os sócios gerentes, mas sobretudo o governador, pela extensão e permanencia da acção que lhe competia e pela amplitude dos poderes de que dispunha. E tanto assim o compreendeu o sr. José Luciano de Castro, que pediu já a exoneração do seu cargo, seguindo, tardiamente, o exemplo dado pelo sr. Antonio Candido.

Se o sr. José Luciano de Castro fosse, presentemente, presidente do conselho de ministros, teria de abandonar o poder, arrastando na sua queda todo o ministerio. O sr. Francisco Beirão que está fazendo as suas vezes, não pôde, honestamente, ter outro procedimento.

O argumento de que o governo da nação nada tem de comum com o governo do Credito Predial, além de redondamente falso, não justifica a sua permanencia no poder. Bastaria que o governo tivesse, co. no inconteavelmente tem, as mais intimas e indissolúveis relações com o sr. José Luciano de Castro, inclusivamente relações de dependencia ou subordinação partidaria, para que não pudesse decentemente sobreviver ao seu desprestigio, ao seu descredito, ao seu descrédito. Acaso terá o ministerio duvidas sobre a verdadeira situação do governador do Credito Predial? Haverá algum ministro que a inveje?

Porque não procede o governo do sr. Beirão neste caso do Credito Predial, como procedeu Jules Grévy no caso da venda de condecorações, a que a sua imprensa tantas vezes se refere, quando pretende deprimir o regime republicano da França? O sr. José Luciano de Castro não é, evidentemente, o genro do governo,

mas é mais ainda do que o genro, porque é iniludivelmente o pai.

Ninguém exige que um juiz condemnem seu pai, mas um bem não se permite que o juize: a outro menos suspeito de parcialidade compete essa missão.

Ao governo do sr. Beirão não cumpre, dentro da sua legitima esfera de acção, perseguir o sr. José Luciano de Castro, peo descalabro do Credito Predial: essa missão deve pertencer ao seu successor. Se o governo, cobrindo as culpas do seu chefe politico, comete uma revoltante immoralidade, perseguindo-o implacavelmente como manda a lei, pratica uma repugnante ingratidão. O exemplo da França ainda é o melhor.

Novo Hotel d'Espiuhô

No domingo ultimo, como foi annunciado, inaugurou-se o novo hotel, ultimamente construido n'esta praia e que foi confiado á superior direcção dos srs. Ivo Ribeiro & Irmão, dois cavalheiros bem-quistos, de superior competencia e largo tirocimo na gerencia de estabelecimentos d'esta indole.

O novo hotel, que defronta com o jardim *high-life* á rua Bandeira Coelho, é amplo e confortavel. Acha-se mobilado com simplicidade e bom gosto e os aposentos espaçosos, bem arejados, com muita luz, satisfazem plenamente ás condições hygienicas requeridas para uma boa habitação.

A inauguração tomou o caracter de verdadeira festa. No jardim fronteiro, em coreto apropriado, tocava uma banda de musica; a rua foi decorada com bandeiras e galhardetes e á noite houve iluminação. A dentro d'um dos espaçosos salões do rez do chão foi servido um opiparo e variado jantar a muitos convidados. Ao champagne ergueram-se calorosos brindes e era já noite alta, quando os convivas dispersavam sob a melhor das impressões pela afabilidade, gentileza e fino trato dos cavalheirosos gerentes do novo estabelecimento.

O director d'este periodico que teve a honra de receber e agradecer pessoalmente o convite para esta festa, a que não compareceu por força de motivos de ponderação, em nome da *Gazeta* felicita sinceramente os dignos gerentes do Novo Hotel d'Espinho fazendo votos pela boa aura da sua instalação modelar.

A *Gazeta d'Espinho*, que se preza de ter com isenção propugnado sempre pelos legitimos interesses da praia, sem visar favoritismos individualizados, tampouco por proposito d'agravo ou desforço mal intencido, vê com prazer surgir mais um melhoramento de iniciativa particular e faz votos porque a boa vontade não esterelize nas suas manifestações praticas de progresso.

CASOS E NOTICIAS

O tempo e o mar—A quadra continua com intermittencias invernosas. A temperatura tornou-se mais amena. O mar conserva-se muito serenado nas suas furias. A pesca da sardinha deu algum resultado satisfatorio.

Diligencias judiciaes—Tem proseguido os trabalhos para a expropriação judicial dos terrenos pertencentes ao sr. Abel da Motta Dias Gomes. A questão parece delongar-se per *omnia secula seculorum*...

A Camara e a Companhia de Electricidade—A Camara insiste em fazer cumprir a disposição do contracto que abriga á iluminação, durante toda a noite, ficando acesas desde as duas horas da madrugada, apenas umas vinte lampadas. Assim, terá a Camara d'or'avante a pagar um excesso de luz, que era a compen-

sação d'aquella falta. Essa despezas supplementar deve computar-se em mais de quatrocentos mil reis.

Visto que o cofre do Municipio, segundo se deprehende, pode com mais um encargo para melhorar este serviço publico, não seria razoavel, á custa de pouco augmento de despeza, obter por toda a noite a iluminação publica completa?

Creemos que o contracto se pode adaptar a esse melhoramento, em accordo com a sua letra e o seu espirito.

Melhor solução fôra esta.

Abusos—Vem de longe a tolerancia dos fogos de *dynamite*. Segundo cremos, ainda não foi derogada a legislação que prohibe absolutamente essa diversão innocente.

N'outros tempos aqui, em Espinho, a prohibição manteve-se com todo o rigor, em cumprimento da lei e em defeza das pessoas e das propriedades. Hoje é o que se vê...

Outros tempos!

Aviso—Chamamos a atenção para o aviso, que vae publicado, referente á iluminação publica e particular, que vae ser suspensa durante duas noites por motivo de força maior.

Espectaculo—Ficou muito áquem da expectativa benevola o espectaculo realizado no domingo ultimo no Theatro Alliança.

Sirva de lição aos curiosos.

Cynematographo Avenida—Deve realizar-se hoje no *Salão Avenida*, com primorosa escolha de artisticas pelliculas, a sessão cinematographica inaugural da presente epocha, que difficuldades de instalação e outras contrariedades teem, com desgosto da empreza, ido successivamente adiando.

Esta sessão que está despertando o maior interesse é gratuita por convites profusamente distribuidos.

A infalibilidade não é porem apanagio da empreza e por isso receia esta que, apezar de todo o cuidado, alguma falta ou descuido haja. Se tal facto se der aqui fica o pedido de desculpa em seu nome apresentado.

Esta festa, que assim se lhe pode chamar, tem mais o atractivo do brinde d'um valioso objecto d'arte que será sorteado pelas senhoras que a ella assistirem.

A' bizzarria e gentileza da empreza não esqueceram as creanças que serão igualmente mimoseadas com dois bellos brindes sorteados um entre as meninas e outro entre os rapazes.

Só faltou o sexo barbado... Ora pois. Que seja muito feliz a nova empreza, colhendo elogios e lucros, são os nossos votos sinceros.

Pão Nosso... por Padua Correa—Recebemos o n.º 8 d'esta interessante publicação de propaganda democratica.

Sumario: I—As carpideiras parlamentares, II—A farça dos doídos, III—Affonso Costa, o inimigo.

Guardado está o bocado...

Miss Mary Harriman, filha do rei dos caminhos de ferro, fallecido ha um anno, acaba de casar com um joven escultor sem dinheiro: Charles Ramsey. A cerimonia realisou-se ha poucos dias, modestamente, n'uma pequenina capella.

A historia d'este casamento parece uma pagina de romance.

A millionaria, que por signal é uma linda rapariga, e estava noiva d'um nababo americano, encarregára um escultor de fazer um busto de seu pae. Passa-se tempo. Uma manhã, a rica herdeira dirigiu-se ao atelier do escultor para vêr como ia o trabalho que lhe

GAZETA D'ESPINHO

CONDIÇÕES D'ASSIGNATURA

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Cada anno, em todo o reino e colónias 800 réis
Para os paizes estrangeiros accresce o porte do correio

PUBLICAÇÕES

Annuncios e communicados—cada linha 40 r
Repetições 20 ré

Alviçaras

Dão-se a quem entregar, na rua do Passeio Alegre n.º 109, uma corrente de oiro com medalha e dois retratos, que se perdeu na tarde do dia 22 de Maio.

CORRESPONDENCIA

Paços de Brandão, 31

Voltamos, pacientes leitores, ao nosso posto, e, sempre com lamentavel fatalidade, temos de falar do incommensuravel *canastrão* que, feito régulo, julga ter conquistado esta freguezia como uma roça de pretos!

Pois é assim! E' simplesmente assombroso o que aqui se passa! Vou-lhes contar mais um episodio que identifica com precisão os instinctos jesuiticos e lorpas, que definem a craveira do nosso CELESTINO.

No domingo passado o nosso homem a meio da missa, volta-se para as suas ovelhas e com aquelle ar petulante, que todos lhe conhecem, expulsou farta verborria:

«Meus amados parochianos! logo á noite deve regressar o comboio especial, vindo da Carregosa, com os estudantes de Coimbra, filhos de Maria, que alli foram em peregrinação á Immaculada. E' preciso saudar estas *benitas* creaturas. A' estação, pois, com archotes, vellas, acetylene, tudo que dê luz. Aos que não puderem gastar dinheiro, lembro as restas de cebolas, embebidas em petroleo, que dão o mesmo resultado.»

Então o petroleo não custa dinheiro?

A sua cabeça, amigo Celestino, essa é que esqueceu pois fere lume capaz de disparar o maior canhão!

A recommendação foi ouvida e as filhas de Maria lá foram para a estação de penduricalhos e de vella accessa em castiçal de cartucho de papel.

Formaram linha, assume o commando o nédio Celestino, de vidraças nos olhos, rigorosamente fardado e respectivamente agarrado a uma tocha accessa.

Chega o comboio.

Um grupo de estudantes apparece ás janelas e pelas guellas bolçam vivas esganiçados á virgem, a Pio X, etc.

As filhas de Maria correspondem.

Triste espectaculo! Pobre mocidade e que miseria d'academia que em pleno seculo XX, de luz, de sciencia e de progresso, tem creaturas que estudam direito e dão vivas á virgem.

Na manifestação vimos dois ou tres filhos de... Maria, que querem agradar a Deus e ao Diabo, lá andam ás ordens do sr. Celestino.

Basta de hypocrisia, Sr. Celestino! A sua missão não se cumpre assim! Consulte a sua consciencia e veja se ella o não está constantemente atraioando, apontando-lhe o caminho do dever.

Abandone a mentira que o reveste, e seja liberal, bom conselheiro e menos explorador da boa-fé d'esta pobre gente!

«Correspondente»

AOS MESTRES D'OBRAS

Empreitada

A Junta de Parochia da Praia d'Espinho recebe propostas em carta fechada, até ás 12 horas da manhã do dia 12 de Junho proximo, para acabamento da sua nova igreja sobre a base de licitação 8.587.000 reis.

Projectos, condições e encargos estão todos os dias, d'esde as 6 horas da manhã ás 3 da tarde, patentes na igreja parochial.

Espinho 22 de maio de 1910.

O Presidente da Junta

P.º Joaquim Teixeira da Silva Amaral.

COMPANHIA GERAL D'ELECTRICIDADE

AVISO

Avisam-se os srs. consumidores de energia electrica e em geral os habitantes d'Espinho de que, nas noites de 15 e 16 do corrente mez, não haverá iluminação por ter de proceder-se á limpeza da caldeira e mais machinismos da fabrica.

Espinho, 10 de Junho de 1910.

O administrador—João Labadia.

Agradecimento e convite

Manoel Casal Ribeiro, filhos e genro, na impossibilidade de o poder fazer por outra forma sem incorrer em faltas, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que se dignaram manifestar-lhes o seu pezar pelo fallecimento de sua extremosa esposa, mãe e sogra, e vêm rogar a assistencia á missa do 30.º dia que por alma da extincta se deverá rezar na capella de N. S. d'Ajuda ás 9 horas da manhã do dia 15 do corrente o que desde já agradece.

Espinho, 11 de Junho de 1910

ALBERTO MILHEIRO

Cirurgião dentista
 Prótese e operações dentárias
Passeio Alegre 10-1.
 Em frente ao coreto da Graziosa

PROFESSORA

LECCIONA PIANO E FRANCEZ
 RUA DE PASSOS MANOEL
 N.º 9
 ESPINHO

MONTENEGRO DOS SANTOS

NOTARIO PUBLICO
 RUA VAZ D'OLIVEIRA, 260
 Num. 12
 ESPINHO

MANTEIGA DE FIÃES

DA

Quinta do Dr. Elysto de Castro

A melhor manteiga nacional, de esmerado fabrico e sabor excellente.

puro leite, higienica e substancial

DEPOSITOS:

Porto—Tabacaria Gonçalves: R. Sá da Bandeira, 109. Merceria Amantense: Defronte do Bolhão.
Coimbra—Cooperativa dos Empregados Publicos.
Lisboa—Merceria Nova Patria: Largo de S. Domingos.
Espinho—Bazar Universal

Vende-se em latas e boiões

Piano Vertical

VENDE-SE OU ALUGA-SE BARATO

PASSEIO ALEGRE, 102

ESPINHO

Hotel e Restaurante**CAFE CHINEZ**

N.º 11

DE

José Fernandes do Lago

Praia d'Espinho

Aberto todo o anno Proximo á estação.

PADARIA CASAL RIBEIRO

59, RUA DO CRUZEIRO, 63

ESPINHO

Manipulação esmerada

DISTRIBUIÇÃO nos DOMICILIOS

ALQUILARIA RAMOS

Travessa d'Assemblêa—Espinho

ALUGA Trens

Vende: milho, fava e palha.

LIÇÕES DE MUSICA

E

PRINCIPIOS D'HARMONIA

FAUSTO NEVES

ESPINHO

PHOTOGRAPHIA EVARISTO

Avenida Sérpa Pinto, 232

ESPINHO

Execução perfeita de qualquer trabalho photographico.

Retratos em todos os generos.

Reproduções de qualquer retrato por mais antigo que seja

Conclusão de trabalhos aos photographos amadores

A JUDICIAL

AGENCIA DE SERVÇOS PUBLICOS

Escritorio: Rua de Bellomonte, 69-1

Directores fundadores { Manoel Coelho } Advogados
 { Adriano Pimenta }

Esta agencia incumbem-se de todos os serviços forenses,—de advocacia e procuradoria.

Trata quaesquer serviços dependentes de ministerios ou repartições publicas:—passagem de certidões, ou quaesquer outros documentos, legalização de documentos nos ministerios e consulados, reclamações e recursos sobre recenseamento e recrutamento militar, etc., etc.

Encarrega-se da administração, compra, venda e hipotecas de predios Organiza documentos para concursos, prepara papeis de casamento, bem como se ocupa de todos os assuntos dependentes das repartições ecclesiasticas. Promove habilitações perante a Junta de Credito Publico, averbamentos e papeis de credito, no Porto, Lisboa ou outra qualquer localidade recebe os juro desses papeis, rendas de predios, pensões, fóros, etc., etc. «A Judicial» estabeleceu uma serie de tres avencas, respectivamente ao preço de reis 15000, 5000 e 2500.

Dá direito aos seguintes serviços:
Cobrança judicial de pequenas dividas. Acções de pequenos despejos

—consultas oraes sobre qualquer assumpto;
 —pagamento nos prazos legais de todas as contribuições: Industrial, predial, etc.;
 —organizações e redacção de reclamações e recursos a que as mesmas derem origem;
 —informações dependentes de repartições publicas, taes como ministerios, tribunales, camaras municipais, estabelecimentos d'instrução, etc.;
 —certidões de qualquer natureza;
 —requerimentos para qualquer fim que não seja começo d'acção;
 —desconto especial em todos os outros serviços de que esta agencia se encarrega, incluindo os de Advocacia e Procuradoria.

Primeira avença { Dá direito a todos os serviços da 1.ª excepto a cobrança judicial de pequenas dividas e acções de pequenos despejos,

Segunda avença { Por esta avença fornece «A Judicial»:

Todas as informações e esclarecimentos relativos ás diversas contribuições, organisa e redige os respetivos recursos e reclamações, effectua o pagamento d'essas contribuições mediante cobrança previa no domicilio do contribuinte, e dá consultas sobre estes mesmos assumptos.

Terceira avença { **Endereço telegraphico: «JUDICIAL»**

(Envia-se folheto illustrativo a quem o requisitar)

FABRICA DO MOCHO**GAZOSAS, SIPHÕES E OUTRAS BEBIDAS CONGENERES****R. Alexandre Herculano****(AO PASSEIO ALEGRE)****PHARMACIA CENTRAL****ALBERTO DELGADO****RUA BANDEIRA COELHO, 79-81-83****ESPINHO****Relojoaria Progresso**

— DE —

ARNALDO A. d'OLIVEIRA

Rua Bandeira Coelho, (esquina da R. Passos Manuel)

ESPINHO

N'este estabelecimento encontra-se um completo e variado sortido em relógios de parede, meza e de bolso em ouro, prata.

Vendem-se GRAMOPHONES, DISCOS e BICYCLETAS dos mais afamados fabricantes.

O proprietario d'este estabelecimento é o unico representante em Espinho das magnificas machinas de costura Pfaff, White e Gritzener.

Tambem se vendem todos os accessorios para estas machinas e para as Singer.

OFFICINA

— DE —

PICHELEIRO E FUNILEIRO

DE

João Augusto de Souza

RUA DO PASSEIO ALEGRE N.º 88-A, Em frente ao coreto—ESPINHO

Tubos de ferro, galvanizados e ditos de chumbo para installações de agua e gaz. Torneiras de metal de todos os sistemas. Apparelhos para latrinas e bacias para os mesmos: Bombas aspirantes e de pressão para poços ou cisternas. Obras de folha, zinco, cobre e chapa galvanizada. Apparelhos para gaz acetylene os mais perfectos e economicos Bloos e accessorios para os mesmos. Recebem-se encomendas para as provincias e manda-se pessoal competentemente habilitado para qualquer obra que diga respeito a esta industria, etc., etc.

Preços sem competencia